

Conhecimentos tradicionais e gestão sustentável em contextos pós-coloniais

Traditional knowledge and sustainable management in post-colonial contexts

Gabriel Benício de Mello¹ (gabriel.mello@student.uc.pt)

Resumo: Neste ensaio, investigamos o papel dos conhecimentos e práticas na resolução de conflitos relacionados a terras, meio ambiente e recursos em comunidades tradicionais. O ensaio se aprofunda na relevância dessas práticas em contextos pós-coloniais, onde frequentemente ocorrem tais conflitos devido a interesses externos e políticas governamentais. Utilizando uma metodologia que combina revisão de literatura e estudos de caso, destacamos a importância e eficácia dos conhecimentos tradicionais em contraste com as abordagens convencionais de gestão de recursos. O estudo detalha diferentes práticas tradicionais e como elas têm sido aplicadas na gestão sustentável de terras e recursos, enfatizando casos em que essas abordagens resultaram em soluções efetivas. Além disso, o ensaio aborda as barreiras culturais, legais e políticas à integração efetiva desses conhecimentos nas políticas de gestão de recursos, bem como os fatores que facilitam essa integração. Concluímos com recomendações sobre a importância de incorporar práticas e saberes tradicionais em estratégias de gestão de recursos e políticas sustentáveis. Destacamos a necessidade de reconhecer a validade e aplicabilidade dos conhecimentos tradicionais na resolução de conflitos contemporâneos, propondo um caminho para práticas de gestão mais inclusivas e respeitosas com as diversidades culturais.

Palavras-chave: conhecimentos tradicionais, gestão de recursos, conflitos territoriais, sustentabilidade comunitária, pós-colonialidades

Abstract: In this essay, we investigate the role of knowledge and practices in resolving conflicts related to land, environment and resources in traditional communities. The essay delves into the relevance of these practices in post-colonial contexts, where such

¹ Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

conflicts often occur due to external interests and government policies. Using a methodology that combines literature review and case studies, we highlight the importance and effectiveness of traditional knowledge in contrast to conventional resource management approaches. The study details different traditional practices and how they have been applied in sustainable land and resource management, emphasizing cases where these approaches have resulted in effective solutions. In addition, the essay addresses the cultural, legal and political barriers to effectively integrating this knowledge into resource management policies, as well as the factors that facilitate such integration. We conclude with recommendations on the importance of incorporating traditional practices and knowledge into resource management strategies and sustainable policies. We highlight the need to consider the validity and applicability of traditional knowledge in resolving contemporary conflicts, proposing a path towards more inclusive and culturally diverse management practices.

Keywords: traditional knowledge, resource management, territorial conflicts, community sustainability, post-colonialities

1. Introdução

Este ensaio examina a crescente relevância dos conflitos sobre terras, meio ambiente e recursos em comunidades tradicionais, agravados por interesses econômicos e políticas governamentais. Estas comunidades, detentoras de saberes ancestrais e práticas sustentáveis, enfrentam desafios na era da globalização, conforme destacado por Diegues (2008). A importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos ecossistemas é enfatizada por Turner, Ignace e Ignace (2000) e Little (2003). A falha das políticas governamentais em proteger os direitos e saberes dessas comunidades agrava os conflitos existentes.

Posey (1999) e Amâncio Alves et al. (2010) ressaltam a riqueza do conhecimento ecológico tradicional, enquanto Diegues (2008) e Sachs (2000; 2008) enfatizam a importância das práticas tradicionais na manutenção da biodiversidade. As comunidades enfrentam desafios como usurpação de terras, exacerbados pela expansão econômica e negligência governamental, evidenciando a necessidade de integrar essas práticas nas políticas de gestão de recursos.

Berkes, Folke e Colding (2000) mostram como a globalização intensifica conflitos, muitas vezes ignorando particularidades culturais e ambientais. Escobar (2008) argumenta que a complexidade dos conflitos requer uma abordagem interdisciplinar. Barenboim, Copertino e Calloni (2008) reforçam a necessidade de uma síntese de conhecimentos de várias disciplinas.

A questão central do ensaio é como as práticas tradicionais e os conhecimentos locais podem solucionar conflitos sobre terras, meio ambiente e recursos. A metodologia adotada inclui revisão abrangente da literatura, conforme Booth, Colomb e Williams (2005), e estudo de casos, seguindo Streck e Adams (2014), para entender os desafios e oportunidades associados aos conhecimentos tradicionais.

Meneses (2020) enfatiza a importância da diversidade epistemológica, particularmente de comunidades tradicionais do Sul global, para enriquecer a gestão ambiental e a resolução de conflitos. A revisão da literatura, seguindo Mignolo (2008b), expandirá a discussão sobre a relevância dos conhecimentos e práticas em comunidades tradicionais na gestão de conflitos, estabelecendo um marco teórico sobre conflitos em contextos pós-coloniais e a integração de conhecimentos tradicionais em políticas de gestão de recursos.

2. Revisão da Literatura

2.1. Contexto Histórico e Pós-Colonialismo

O colonialismo, um fenômeno que moldou o mundo moderno, teve impactos profundos nas comunidades tradicionais, afetando suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Este processo histórico de expansão territorial e dominação cultural e econômica, discutido por Edward W. Said (2007), criou desigualdades persistentes e uma hierarquia nas relações de poder globais. Aníbal Quijano (2000; 2005) e Walter Mignolo (2007, 2008a, 2008b) introduziram e desenvolveram o conceito de “colonialidade”, descrevendo a persistente lógica de dominação colonial na modernidade, enquanto Gloria Anzaldúa (2009, 2012) falou da “ferida colonial” e Mignolo (2011) da “re-existência”, enfatizando a resistência cultural e a afirmação de identidades marginalizadas.

Teóricos como Paul Gilroy (2001), Homi K. Bhabha (2001) e Stuart Hall (2003) contribuíram para os estudos culturais e pós-coloniais, explorando questões de cultura, identidade e poder, mas enfrentaram críticas devido às suas raízes eurocêntricas. Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) enfatizaram a necessidade de reconhecer as perspectivas dos sujeitos subalternos, destacando a influência da colonialidade nas estruturas de conhecimento e poder.

Frantz Fanon (2022) e Paulo Freire (2022) defenderam a libertação revolucionária dos oprimidos e a educação como meio de empoderamento. Mignolo (2008a), Santos (2023), Segato e Álvarez (2016) e Tubino (2005) argumentaram pela necessidade de uma descolonização epistêmica e transformação cultural que desafiem as estruturas de poder hereditárias do colonialismo.

O pós-colonialismo busca compreender como as estruturas e narrativas coloniais influenciam o presente e encontrar maneiras de desmantelá-las para reconstruir narrativas mais inclusivas e representativas. Isso envolve uma revisão crítica da história, reconhecendo injustiças passadas e buscando soluções para as desigualdades persistentes.

3. História, Conhecimento e Gestão de Recursos nas Comunidades Tradicionais

3.1. História das Comunidades Tradicionais

As comunidades tradicionais, essenciais para o estudo dos conhecimentos tradicionais, enfrentaram exploração e marginalização desde o período colonial. Durante a colonização, sofreram expropriação de terras e recursos, um processo documentado por estudiosos como Domínguez e Luoma (2020) e Smith (1999). Essa expropriação, além de física, foi parte de uma estratégia para submeter e controlar populações nativas e locais, levando a deslocamento forçado e empobrecimento contínuo.

Em resposta, essas comunidades desenvolveram estratégias de subsistência e resistência, variando de práticas agrícolas adaptativas a formas de organização social e política para preservar autonomia e cultura comunitária (Mies & Bennholdt-Thomsen, 1999). Estas práticas são atos de resistência contra a imposição de estruturas externas e exploração contínua. A colonização impactou profundamente a estrutura social e

cultural dessas comunidades, desestabilizando estruturas tradicionais de autoridade e erodindo sistemas de conhecimento e práticas culturais (Smith, 1999).

O pós-colonialismo oferece uma perspectiva fundamental para entender como o legado colonial molda a gestão de recursos e as estratégias de resistência dessas comunidades, enfatizando a necessidade de reconhecer sua história de resistência e resiliência. Isso é fundamental para entender suas lutas atuais e apoiar seus esforços para preservar seu modo de vida, cultura e direitos sobre recursos e terras.

3.2. Conhecimentos e Práticas Tradicionais

Os conhecimentos e práticas tradicionais são um acervo de sabedoria transmitido oralmente por gerações em comunidades locais, abrangendo aspectos como agricultura, medicina tradicional e manejo florestal. Essa transmissão, conforme Berkes (1993), não só partilha informações, mas também valores culturais e práticas, essenciais para a integridade dos conhecimentos. Estes conhecimentos, adaptados às condições locais e ecológicas, contribuem para a gestão sustentável de recursos e são fundamentais para a conservação da biodiversidade. Práticas como a agrofloresta², destacadas por Toledo e Barrera-Bassols (2008), promovem a diversidade de cultivos e espécies, enquanto princípios de uso eficiente e reutilização de recursos, mencionados por Berkes (1993) e Sánchez (2019), alinham-se à sustentabilidade. No entanto, a eficácia desses conhecimentos enfrenta desafios de mudanças climáticas e pressões econômicas. Portanto, a preservação e revitalização desses conhecimentos são cruciais para sua continuidade e relevância em abordagens sustentáveis aos desafios atuais.

3.3. Gestão de Recursos e Conflitos Territoriais

² A agrofloresta é uma prática agrícola integrada que combina árvores e arbustos com cultivos e/ou criação de animais em uma mesma área, visando um sistema de uso da terra ecologicamente sustentável e economicamente produtivo. Baseada nos princípios da ecologia, a agrofloresta promove a biodiversidade, melhora a qualidade do solo e reduz a erosão, enquanto sequestra carbono e aumenta a resiliência ao clima. Além de seus benefícios ambientais, oferece diversificação de produtos e fontes de renda para os agricultores, integrando diferentes sistemas como silvicultura com culturas agrícolas, sistemas silvipastoris e agrossilvipastoris, e práticas rotacionais. Essa abordagem multifuncional contribui para a sustentabilidade agrícola e a eficiência econômica, sendo reconhecida por seus impactos positivos tanto no meio ambiente quanto na sociedade. Ver: Peneireiro, F. M. (2003). Fundamentos da agrofloresta sucessional. II Simpósio sobre Agrofloresta Sucessionais. Embrapa/Petrobrás. Sergipe. In https://agrofloresta.net/static/artigos/agrofloresta_sucessional_peneireiro.pdf

A gestão de recursos e a resolução de conflitos territoriais são desafiadoras para comunidades tradicionais próximas a recursos naturais valiosos. As abordagens convencionais de gestão, focadas em governança *top-down* e baseadas em regulamentações legais e científicas, muitas vezes falham ao não integrar conhecimentos e práticas tradicionais, levando a conflitos e degradação ambiental (Mann & Jeanneaux, 2009). Em contraste, as práticas tradicionais, como descritas por Berkes (1993), são baseadas na experiência ancestral e compreensão holística dos ecossistemas, envolvendo governança comunitária e decisões coletivas com visão de longo prazo.

Essa governança comunitária, caracterizada por ser inclusiva e participativa, promove coesão social e eficácia na gestão de recursos adaptada às condições locais e necessidades comunitárias. Também ajuda na prevenção e resolução de conflitos, valorizando o conhecimento local e incentivando a responsabilidade compartilhada. Contudo, as práticas tradicionais enfrentam desafios devido às mudanças climáticas e pressões econômicas globais. A integração de abordagens tradicionais e modernas de gestão de recursos pode oferecer soluções sustentáveis, combinando a sabedoria das práticas tradicionais com a eficácia das técnicas modernas.

4. Estudos de Caso e Análise

4.1. Casos de Resolução de Conflitos

4.1.1. Reserva Extrativista Chico Mendes, Brasil

A Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) no Acre, Brasil, é um exemplo notável de como práticas tradicionais podem resolver conflitos territoriais e gerenciar recursos de forma sustentável. Estabelecida em 1990 em resposta ao desmatamento e à concentração de terras, a RECM prioriza a conservação ambiental e o uso responsável dos recursos, com ênfase na gestão participativa e no manejo sustentável dos castanhais nativos (Pantoja et al., 2010).

A castanha-da-amazônia é central na economia da RECM, representando uma porção significativa da renda das famílias na Amazônia Ocidental e contribuindo para a biodiversidade da região (Duchelle et al., 2010; Duchelle et al., 2014). A conservação das

castanheiras e o manejo sustentável são fundamentais, com orientações da Embrapa³ para garantir sustentabilidade e segurança alimentar.

As comunidades locais desempenham um papel crucial na proteção da floresta amazônica, utilizando práticas sustentáveis na extração de produtos florestais não madeireiros, beneficiando a conservação da biodiversidade e preservando seu modo de vida e cultura (Pinedo-Vásquez et al., 2010). A RECM mostra que a gestão de recursos baseada em conhecimentos tradicionais pode resultar em benefícios ambientais e sociais significativos, servindo de modelo para outras iniciativas.

Assim, a RECM é um exemplo de como práticas sustentáveis podem ser integradas ao desenvolvimento socioeconômico, promovendo o bem-estar das comunidades e a preservação dos ecossistemas. Este modelo de gestão comunitária e participativa serve como um guia valioso para políticas ambientais e práticas de desenvolvimento sustentável globalmente.

4.1.2. Sistemas Tradicionais de Manejo de Água no Rajastão, Índia

No Rajastão, Índia, conhecido por seu clima árido, o conhecimento local e as práticas tradicionais exercem um papel importante no manejo sustentável de recursos hídricos. As comunidades locais no deserto de Thar desenvolveram sistemas inovadores de captação e conservação de água para enfrentar a escassez hídrica. Shah (2007) destaca a importância dessas técnicas, que são essenciais para a sobrevivência das comunidades e representam uma harmonia com os ciclos naturais e os recursos disponíveis, enfatizando suas implicações na economia institucional da escassez de água rural na Índia.

Sharma et al. (2023) realçam a relevância dessas práticas na gestão dos recursos hídricos. Eles exploram a crescente aplicação dessas técnicas no planejamento ambiental para a gestão da água na região, mencionando vários sistemas tradicionais de

³ Fundada em 1973 e subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é uma entidade governamental focada no avanço da agricultura no Brasil. A EMBRAPA é notável por sua capacidade de adaptar cultivos às condições tropicais brasileiras, sendo importante na evolução do setor agropecuário do país, com destaque para o aprimoramento da soja tropical. Ver: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). (2004). Manual de segurança e qualidade para a cultura da castanha-do-brasil. In <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18218/1/MANUALSEGURANCAQUALIDADEParaaculturadacastanhadoBrasil.pdf>

captação de água da chuva como Bawari, Jhalara, Talab, Nadi, Taanka, Khadin, Kund e Johad. Estes sistemas, adaptados ao clima local e métodos de construção, têm se mostrado eficazes ao longo do tempo. A diversidade e distribuição desses sistemas refletem a influência de fatores geográficos, culturais e históricos na orientação das práticas de gestão de recursos hídricos das comunidades.

Sharma et al. (2023) concluem que é essencial que ambientalistas, formuladores de políticas e governos promovam a gestão de recursos para envolver todas as partes interessadas e permitir que o conhecimento local e as práticas tradicionais sejam estudados e aplicados para a sustentabilidade ambiental e práticas de gestão de recursos.

4.1.3. Sistema de Terraços de Ifugao, Filipinas

Os Terraços de Arroz de Ifugao em Banaue, Filipinas, são um exemplo proeminente de práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis, com mais de dois mil anos de existência. Conklin (1980) documentou estas práticas, destacando como a comunidade local equilibra a agricultura com a conservação ambiental, prevenindo a erosão do solo e preservando um ecossistema rico.

Tilliger et al. (2015) analisaram a relação entre os serviços ecossistêmicos culturais (CES)⁴ e a conservação da paisagem nos Terraços de Arroz de Ifugao. Eles observaram a importância dos CES na compreensão da degradação dos terraços e na gestão e políticas de serviços ecossistêmicos. Soriano Jr. et al. (2017) investigaram as percepções locais sobre mudanças climáticas e sustentabilidade nos terraços. Eles descobriram que os agricultores de Ifugao perceberam mudanças climáticas consistentes com dados científicos, destacando a importância do conhecimento e cultura tradicionais na adaptação a essas mudanças. Eles sugerem a necessidade de valorizar tanto a ciência nativa quanto a ocidental e a participação ativa dos povos originários de Ifugao no planejamento para identificar estratégias de adaptação culturalmente apropriadas.

4.1.4. Gestão de Pastagens Comunitárias na Mongólia

⁴ Sigla em inglês para: Cultural Ecosystem Services.

Na Mongólia, a gestão de pastagens comunitárias representa um uso sustentável de recursos naturais baseado em conhecimentos tradicionais. Fernández-Giménez (2000) estudou como os pastores nômades gerenciam suas pastagens coletivamente, utilizando regras comunitárias e conhecimento dos padrões sazonais para prevenir a superexploração e promover a sustentabilidade.

Baival et al. (2012) compararam comunidades que utilizam manejo comunitário de recursos naturais (CBNRM)⁵ com aquelas que não o fazem, avaliando a resiliência com base em quatro indicadores: capacidade de viver com mudanças e incertezas; habilidade para implementar práticas que aumentam a diversidade; apreço por diferentes tipos de conhecimento e sua utilização oportuna; e capacidade de auto-organização para a sustentabilidade socioecológica. Eles descobriram que comunidades com CBNRM têm maior capacidade para adaptar práticas de manejo às mudanças e incertezas.

Além disso, Bruegger et al. (2014) ressaltaram a importância das observações locais de mudanças ecológicas na gestão de pastagens, especialmente na ausência de dados quantitativos. Eles descobriram que a maioria dos pastores observou uma deterioração nas pastagens, principalmente devido ao pastoreio excessivo. Essas observações são cruciais para alertas precoces de mudanças e fornecem informações valiosas para ações efetivas de manejo. No entanto, para abordar todas as questões relacionadas às tendências ecológicas, são necessárias políticas de nível superior que coordenem o monitoramento de pastagens e os movimentos dos pastores em escalas regionais e nacionais.

4.1.5. Uso Sustentável de Manguezais na África Ocidental

O manejo sustentável dos manguezais na África Ocidental exemplifica a conservação e utilização responsável de ecossistemas por comunidades locais. Diop (1993) destacou a dependência das comunidades do Senegal e da Gâmbia em manguezais para pesca, coleta de madeira e outras atividades, utilizando práticas que mantêm a integridade ecológica desses habitats, como rotação de áreas de colheita e restrição de exploração durante períodos reprodutivos de peixes.

⁵ Sigla em inglês para: Community-Based Natural Resource Management.

Feka (2015) abordou desafios na gestão dos manguezais, como a sobreposição de papéis institucionais e a falta de regulamentação na exploração de madeira de mangue. Ele ressaltou a necessidade de regulamentações e políticas apropriadas, incluindo incentivos econômicos para a conservação do ecossistema.

Teka et al. (2019) investigaram a percepção das comunidades locais em Benin sobre a dinâmica dos manguezais e a participação na restauração desses ecossistemas. Eles descobriram que as comunidades estão cientes da necessidade de restaurar e conservar os manguezais de forma sustentável, sugerindo medidas como a reintrodução de regras tradicionais, prevenção de assentamentos descontrolados e criação de atividades geradoras de renda alternativas. O estudo enfatiza a importância da participação comunitária e do conhecimento local na gestão sustentável dos manguezais.

4.2. Discussão Sobre a Eficácia, Desafios e Resultados Dessa Abordagens

4.2.1. Eficácia e Sustentabilidade das Práticas Tradicionais

Os exemplos citados ilustram a eficácia das práticas tradicionais na resolução de conflitos e na gestão sustentável de recursos, ressaltando a importância do conhecimento e experiência local. Estas práticas são eficazes devido à valorização e integração do conhecimento local, como demonstrado por Smith (2010) e Shah (2007), e pela participação comunitária, essencial para a gestão coletiva de recursos, exemplificada na Mongólia (Fernández-Giménez, 2000) e nos terraços de Ifugao (Conklin, 1980). Essas práticas incorporam uma visão holística da relação entre seres humanos e meio ambiente, equilibrando as necessidades humanas com a conservação ambiental, como visto no uso sustentável de manguezais na África Ocidental (Diop, 1993).

No entanto, as práticas tradicionais enfrentam desafios devido a mudanças climáticas e pressões econômicas globais, necessitando de adaptações e inovações. A integração do conhecimento tradicional com novas tecnologias e abordagens científicas pode ajudar a superar esses desafios, mantendo a relevância dessas práticas em um mundo em constante transformação.

4.2.2. Desafios Contemporâneos e Adaptação Necessária

As práticas tradicionais enfrentam desafios significativos devido a fatores contemporâneos externos, como as mudanças climáticas e as pressões econômicas globais. As mudanças climáticas afetam diretamente os ecossistemas, impactando os modos de vida das comunidades tradicionais, como visto no manejo de água no Rajastão (Shah, 2007) e nos ecossistemas de manguezais na África Ocidental (Diop, 1993). Adicionalmente, a globalização e a integração dos mercados locais em sistemas econômicos globais podem resultar em sobre-exploração de recursos ou mudanças nas práticas tradicionais.

Diante desses desafios, é essencial que as práticas tradicionais se adaptem, integrando o conhecimento tradicional com abordagens científicas modernas. Esta integração pode inovar nas práticas de gestão sustentável, mantendo sua relevância e eficácia em contextos em transformação, como a combinação de sistemas tradicionais de gestão de água com tecnologias modernas para aumentar a resiliência das comunidades às variações climáticas.

5. Barreiras Culturais, Legais e Políticas

Integrar conhecimentos tradicionais em políticas governamentais enfrenta barreiras culturais, legais e políticas, principalmente devido à falta de compreensão e respeito pela diversidade cultural e pelo valor desses conhecimentos. Essa desconsideração resulta em políticas que ignoram as perspectivas das comunidades tradicionais e muitas vezes estão em conflito com práticas locais, como observado por Agrawal (1995). Para superar essas barreiras, é essencial adotar uma gestão inclusiva e respeitosa à diversidade cultural.

Estratégias recomendadas incluem envolver comunidades tradicionais em diálogo e consulta, conforme sugerido por Brosius (2006), garantindo sua participação ativa na tomada de decisões. É crucial também o reconhecimento legal dos sistemas de governança e conhecimentos tradicionais, o que implica revisar e adaptar leis para acomodar práticas tradicionais e assegurar que sejam consistentes com as perspectivas locais. Além disso, promover a educação e sensibilização sobre a importância dos conhecimentos tradicionais e da diversidade cultural é fundamental, assim como

incentivar programas de desenvolvimento sustentável que valorizem e integrem os conhecimentos tradicionais.

Por fim, Meneses (2020) destaca a importância de incluir uma ampla gama de perspectivas epistemológicas, especialmente de comunidades tradicionais do Sul global, na formulação de políticas governamentais. A valorização de diversos conhecimentos enriquece o processo de formulação de políticas, promove equidade e justiça social e leva a soluções mais adaptáveis e sensíveis às realidades locais. A superação dessas barreiras exige esforços coordenados de governos, ONGs, comunidades locais e sociedade em geral.

6. Sustentabilidade Comunitária e Desenvolvimento

A incorporação de saberes tradicionais é vital para promover o desenvolvimento sustentável, respeitando a diversidade cultural e ambiental. Reconhecer e integrar esses conhecimentos permite às comunidades desenvolver estratégias que atendam às necessidades atuais e futuras. Os conhecimentos tradicionais enfatizam o uso sustentável dos recursos naturais, fundamental para evitar sua exaustão e garantir a resiliência ambiental (Berkes, 1993). Além disso, a gestão baseada nesses conhecimentos contribui para a preservação da biodiversidade, através de práticas de conservação e manejo de espécies locais (Toledo & Barrera-Bassols, 2008). A incorporação dessas práticas em setores como agricultura, pesca e turismo sustentável promove o crescimento econômico alinhado com princípios de sustentabilidade e justiça na distribuição de benefícios (Agrawal, 1995; Tomio & Ullrich, 2015).

7. Recomendações para Políticas Futuras e Implicações

Para efetivar modelos de desenvolvimento sustentável que integrem os conhecimentos tradicionais, políticas governamentais e estratégias de desenvolvimento devem seguir recomendações específicas. Primeiramente, é necessário reconhecer legalmente os conhecimentos tradicionais e seu papel na gestão sustentável de recursos, o que pode exigir revisão e adaptação das leis para acomodar práticas tradicionais e assegurar sensibilidade cultural (Berkes, 1993). Além disso, é essencial promover a participação ativa das comunidades na formulação e implementação de

políticas, estabelecendo mecanismos para a contribuição de suas perspectivas e decisões (Brosius, 2006).

Investimentos em educação e capacitação que valorizem e transmitam os conhecimentos tradicionais também são fundamentais, incluindo a criação de centros de aprendizado e treinamento de jovens (Toledo & Barrera-Bassols, 2008). Estabelecer parcerias entre governos, ONGs e comunidades é essencial para facilitar o acesso a recursos e apoio técnico (Berkes, 1993). Essas ações visam a promoção da sustentabilidade comunitária e do desenvolvimento sustentável, reconhecendo os conhecimentos tradicionais como um recurso valioso e a diversidade cultural e ambiental como elementos chave para um futuro mais sustentável e inclusivo.

8. Conclusão

Este ensaio explora a importância das práticas tradicionais na gestão de recursos e resolução de conflitos ambientais, destacando a vitalidade da sabedoria local e da participação comunitária. Exemplos como a Reserva Extrativista Chico Mendes e os sistemas de manejo de água no Rajastão ilustram como práticas sustentáveis, baseadas em conhecimentos ancestrais, são cruciais para a conservação da biodiversidade e sustentabilidade ecológica. Os conhecimentos tradicionais são vistos não apenas como ferramentas para a gestão ambiental, mas como testemunhos da sabedoria acumulada, equilibrando as necessidades humanas com a preservação ambiental.

A integração do conhecimento tradicional com abordagens científicas modernas é identificada como essencial para enfrentar desafios como mudanças climáticas e pressões econômicas globais. Essa simbiose pode criar um caminho sustentável, onde antigo e novo coexistam e prosperem juntos. A valorização e integração dos saberes ancestrais são fundamentais para construir um futuro resiliente e harmonioso com a natureza.

Meneses (2020) enfatiza a importância da diversidade epistemológica na gestão ambiental e resolução de conflitos. A inclusão de perspectivas variadas, especialmente de comunidades marginalizadas, enriquece as estratégias de gestão ambiental, promovendo um entendimento mais profundo das complexidades culturais e ambientais.

Para futuras investigações, é recomendado um foco na integração de conhecimentos tradicionais com inovações científicas e tecnológicas, explorando como essas práticas podem evoluir em resposta a desafios contemporâneos. Também é essencial empoderar comunidades tradicionais, reconhecendo e integrando seu conhecimento em políticas e práticas de gestão de recursos. Investigar o impacto das políticas de conservação na autonomia das comunidades tradicionais pode oferecer conhecimentos valiosos para o desenvolvimento de políticas mais equitativas e eficazes.

Referências

- Agrawal, A. (1995). Dismantling the divide between indigenous and scientific knowledge. *Development and Change*, 26(3), 413-439.
- Amâncio Alves, J. J., Pimentel Rocha, M. da S., Silva Souto, W. de M., Torquato, S. C., & Portela, R. A. (2010). O conhecimento ecológico tradicional no planejamento e na gestão ambiental. *Ateliê Geográfico*, 4(2), 44-60. DOI 10.5216/ag.v4i2.9906
- Anzaldúa, G. (2009). Como domar uma língua selvagem? *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, 39, 297-309.
- Anzaldúa, G. (2012). *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. Aunt Lute Books.
- Baival, B., Oyuntulkhuur, B., Altanzul, T., & Fernandez-Gimenez, M. E. (2012). A case study of community-based rangeland management in Jinst Soum, Mongolia. In M. E. Fernandez-Gimenez, W., Xiaoyi, B. Batkhishig, J. A. Klein, & J. A. Reid (Eds.), *Restoring community connections to the land: Building resilience through community-based rangeland management in China and Mongolia* (pp. 113-135). CABI.
- Barenho, C. P., Copertino, M. da S., & Calloni, H. (2008). Traçando relações entre o conhecimento ecológico tradicional e a teoria da complexidade. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*, 20, 477-487. <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3862/2306>
- Berkes, F. (1993). Traditional ecological knowledge in perspective. *Traditional ecological knowledge: Concepts and cases*, 1, 1-9.
- Berkes, F., & Usher, P. J. (2000). Sacred knowledge, traditional ecological knowledge & resource management. *Arctic*, 53(2), 198-199.
- Berkes, F., Folke, C., & Colding, J. (Ed.). (2000). *Linking social and ecological systems: Management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge University Press.
- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31, 15-24.
- Bhabha, H. K. (2001). *O local da cultura* (1ª reimpressão). Editora da UFMG.
- Booth, W. C., Colomb, G. G., & Williams, J. M. (2005). *A arte da pesquisa* (3ª ed.). Martins Fontes.

- Brosius, J. P. (2006). What counts as local knowledge in global environmental assessments and conventions. In W. V. Reid, F. Berkes, T. Wilbanks, & D. Capistrano (Eds.), *Bridging Scales and Knowledge Systems: Concepts and Applications in Ecosystem Assessment* (129–144). Island Press.
- Bruegger, R. A., Jigjuren, O., & Fernández-Giménez, M. E. (2014). Herder observations of rangeland change in Mongolia: Indicators, causes, and application to community-based management. *Rangeland Ecology & Management*, 67(2), 119-131.
- Conklin, H. C. (1980). *Ethnographic atlas of Ifugao: A study of environment, culture, and society in northern Luzon*. Yale University Press.
- Diegues, A. C. (2008). O mito moderno da natureza intocada. Nupaub-USP/CEC.
- Diop, E.S. (1993). Conservation and sustainable utilization of mangrove forests in Latin America and Africa regions: Part II – Africa. *Mangrove Ecosystems Technical Reports*, 3, 245-261. [ITTO/ISME Project PD114/90. Okinawa, Japan, ISME]
- Domínguez, L., & Luoma, C. (2020). Decolonising conservation policy: How colonial land and conservation ideologies persist and perpetuate indigenous injustices at the expense of the environment. *Land*, 9(3), 65. p.1-22.
- Duchelle, A., Almeyda, A., Hoyos, N., Marsik, M., Broadbent, E., & Kainer, K. A. (2010, March, 24-26). *Conservation in an Amazonian trinational frontier: Patterns and drivers of land cover change in community-managed forests*. [Proceedings] Conference Taking stock of smallholder and community forestry: Where do we go from here?, Montpellier, France.
- Duchelle, A., Almeyda, A., Zambrano A. M., Wunder S., Boerner J., & Kainer, K. A. (2014). Smallholder specialization strategies along the forest transition curve in Southwestern Amazonia. *World Development*, 64, S149–S158.
- Escobar, A. (2008). *Territories of difference: Place, movements, life, redes*. Duke University Press.
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Feka, Z. N. (2015). Sustainable management of mangrove forests in West Africa: A new policy perspective? *Ocean & Coastal Management*, 116, 341-352.
- Fernández-Giménez, M. E. (2000). The role of Mongolian nomadic pastoralists' ecological knowledge in rangeland management. *Ecological Applications*, 10(5), 1318-1326.
- Freire, P. (2022). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro: Modernidade e dupla consciência*. Editora 34.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.
- Little, P. (2003). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, 28(1), 251-290.
- Mann, C., & Jeanneaux, P. (2009). Two approaches for understanding land-use conflict to improve rural planning and management. *Journal of Rural and Community Development*, 4, 118-141.
- Meneses, M. P. (2020). Desafios ambientais a Sul: O Ubuntu como ética de ligação entre a comunidade e a natureza. In G. G. dos Santos, & S. M. R. Sampaio (Eds.), *Observatório da vida estudantil: Interdisciplinaridade, vida estudantil e diálogo de saberes*, pp. 25-59. Editora da UFBA.

- Mies, M., & Bennholdt-Thomsen, V. (1999). *The subsistence perspective: Beyond the globalised economy*. Spinifex Press.
- Mignolo, W. (2007). *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Gedisa Editorial.
- Mignolo, W. (2008a). El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: Un manifiesto. *Revista Telar*, 6, ISSN 1668-3633, 7-38.
- Mignolo, W. (2008b). Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Mignolo, W. (2011). *Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo* (1^a reimpressão). Akal.
- Pantoja, M. C., Costa, E. L., & Postigo, A. (2010). A presença do gado em reservas extrativistas: Algumas reflexões. *Revista Pós Ciência Ciências Sociais*, 6(12). p. 115-130
- Posey, D. A. (Ed.). (1999). *Cultural and spiritual values of biodiversity*. United Nations Environmental Programme & Intermediate Technology Publications.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, VI(2), 342-386.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Eds.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (3^a ed.) (pp. 227-278). CLACSO.
- Sachs, I. (2000). Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente. In I. Sachs (Eds.), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável* (pp. 47-64). Editora Garamond.
- Sachs, I. (2008). Desenvolvimento: Includente, sustentável, sustentado. In I. Sachs (Eds.), *Desenvolvimento: Includente, sustentável, sustentado*, (pp. 141-151). Garamond.
- Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Cia. das Letras.
- Sánchez, O. (Coord.). (2019). Recursos naturales, medio ambiente y sostenibilidad: 70 años de pensamiento de la CEPAL. CEPAL.
<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/e43ad745-6b7d-48e4-a016-b753fdd3b659/content>
- Santos, B. de S. (2023). *Descolonizar: Abrindo a história do presente*. Autêntica Editora.
- Segato, R. L., & Álvarez, P. (2016). 'Frente al espejo de la reina mala'. Docencia, amistad y autorización como brechas decoloniales en la universidad. *Estudios de Comunicación y Política*, 37, 201-216. Disponible em: <http://version.xoc.uam.mx/>
- Shah, T. (2007). The new institutional economics of India's rural water scarcity: Lessons from Rajasthan. *Journal of Economic Affairs*, 52(3), 189-207.
- Sharma, P. K., Srivastava, S., & Chandaurya, M. (2023). Indigenous knowledge and traditional practices for water resource management in Rajasthan, India. In S. C. Rai, & P. K. Mishra (Eds.), *Traditional ecological knowledge of resource management in Asia* (pp. 137-157). Springer International Publishing.
- Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples*. Zed Books.

- Smith, R. C. (2010). Introduction: The Amazonian várzea: The decade past and the decade ahead. In M. Pinedo-Vasquez, M. L., Ruffino, C. Padoch, & E. S. Brondizio (Eds.), *The Amazonian várzea: The decade past and the decade ahead* (pp. 3-10). Springer.
- Soriano Jr, M. A., Diwa, J., & Herath, S. (2017). Local perceptions of climate change and adaptation needs in the Ifugao rice terraces (Northern Philippines). *Journal of Mountain Science*, 14(8), 1455-1472.
- Streck, D. R., & Adams, T. (2014). *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade*. Editora CRV.
- Teka, O., Houessou, L. G., Djossa, B. A., Bachmann, Y., Oumorou, M., & Sinsin, B. (2019). Mangroves in Benin, West Africa: Threats, uses and conservation opportunities. *Environment, Development and Sustainability*, 21, 1153-1169.
- Tilliger, B., Rodríguez-Labajos, B., Bustamante, J. V., & Settele, J. (2015). Disentangling values in the interrelations between cultural ecosystem services and landscape conservation—A case study of the Ifugao rice terraces in the Philippines. *Land*, 4(3), 888-913.
- Toledo, V. M., & Barrera-Bassols, N. (2008). La memoria biocultural: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales (Vol. 3). Icaria editorial.
- Tomio, D. A., & Ullrich, H. E. (2015). Uso e importancia de los recursos naturales y su incidencia en el desarrollo turístico. Caso Cantón Chilla, El Oro, Ecuador. *Revista de Geografía Norte Grande*, 60, 97-114.
- Tubino, F. (2005). La praxis de la interculturalidad en los Estados Nacionales Latinoamericanos. *Cuadernos interculturales*, 3(5), 83-96.
- Turner, N. J., Ignace, M. B., & Ignace, R. (2000). Traditional Ecological Knowledge and Wisdom of Aboriginal Peoples in British Columbia. *Ecological Applications*, 10(5), 1275-1287.